

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

GOVERNO DILMA



Pedras no caminho

Já nos aproximando do final do primeiro semestre de 2011, apresentamos nossa Por Sinal 34. Essa edição foi produzida em meio a um período de atividades bastante intenso: ainda sobre as dificuldades do início de um novo governo e de um Congresso renovado em quase 50%, tivemos as eleições regionais do nosso Sindicato e a escolha da nova Diretoria Executiva Nacional, o que nos traz novos compromissos e desafios.

O primeiro grande desafio será a abertura das negociações para a campanha salarial, diante do discurso do governo de "cortar gastos". No artigo "Quem tem medo da inflação", abordamos a presumida dicotomia entre crescimento / geração de empregos e aumento da inflação, discutindo as medidas que a Fazenda e o Banco Central vêm tomando para controlar o repique inflacionário.

Outro aspecto desafiante é a busca da identidade desse novo governo, como sucessor do ex-presidente Lula. No texto "O legado de Lula e os desafios da era Dilma", apontamos as barreiras de um governo que se elegeu com o propósito de erradicar a miséria, num processo de crescimento da economia e de redistribuição de renda, e que ainda dependem de garantias de sustentabilidade capazes de conter a pressão de setores conservadores.

Nessa conjuntura, mais uma vez o servidor público aparece como o vilão da história, responsável pela inflação e pelo "inchaço" da máquina administrativa. Para enfrentar a questão, o governo trabalha sua maior arma contra as reivindicações salariais do serviço público, o Projeto de Lei Complementar - PLP 549, em tramitação avançada no Congresso Nacional, que limita gastos com pessoal no setor público, congelando salários do funcionalismo pelos próximos dez anos. Alertamos que sua aprovação significa um novo desmonte do Estado, onde a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população certamente será prejudicada.

Para discutir o papel que este novo Congresso terá em meio a tantas demandas políticas, entrevistamos o deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados e terceiro na ordem de sucessão da Presidência da República que, em meio a uma agenda super disputada, agravada pelo impasse na votação do novo Código Florestal, nos recebeu para um breve encontro. Uma radiografia da composição do novo Congresso, de autoria de Antônio Augusto de Queiroz e Paulo Eduardo de Freitas, certamente vai ajudar o leitor a entender o jogo de interesses que estarão por trás das principais votações previstas para este semestre.



Nessa conjuntura, mais uma vez o servidor público aparece como o vilão da história, responsável pela inflação e pelo "inchaço" da máquina administrativa. "

Como é costume, apresentamos a coluna "Prata da Casa", desta vez com o colega José Flávio Silva Correa, ex-presidente da Regional de Belém, com uma longa história de atividade política em várias frentes, tendo participado ativamente da luta pela redemocratização do Brasil. No Banco, foi um dos idealizadores do projeto de transformar dinheiro velho em adubo orgânico, reciclando as cédulas fora de circulação.

Por fim, está presente nesta revista, também, o polêmico tema "Gestão por Objetivos no Núcleo de Carreiras Típicas de Estado", em um artigo escrito por nossos colegas Antônio Cláudio Lopes da Gama e Afonso Vitor Fleury Teixera.

Boa leitura!

SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL (SINAL)

Salvador

São Paulo

Iso Sendacz

Epitácio da Silva Ribeiro

Aparecido Francisco de Sales

Eduardo Stalin Silva

Conselho Nacional Porto Alegre Diretoria Executiva Nacional Biênio 2011/2013 Gustavo Diefenthaeler Biênio 2011/2013 Alexandre Wehby Bruna Carolina de Ouadros Belém Presidência: Sérgio da Luz Belsito Pedro Paulo Soares Rosa Diretor Secretário: Júlio Cesar Barros Madeira Edilson Rodrigues de Sousa Recife Diretora Financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas Brasília Diretor de Comunicação: Alexandre Wehby José Ricardo da Costa e Silva Rio de Janeiro Diretor de Assuntos Previdenciários: Eduardo Stalin Silva Gregório Alberto Saiz Lopes João Marcus Monteiro Diretor de Relações Externas: José Ricardo da Costa e Silva Josina Maria de Oliveira Jarbas Athayde Guimarães Filho Diretor de Estudos Técnicos: Edilson R. de Sousa Julio César Barros Madeira Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais: Belo Horizonte Luiz Rafael Gonçalves Giordano Iso Sendacz Mário Getúlio Vargas Etelvino Sérgio da Luz Belsito Diretora Extraordinária de Qualidade de Vida: Bruna Carolina de Ouadros

EXPEDIENTE Ano 7 Número 31 Julho 2010

Por Sinal

Curitiba

Fortaleza

Miguel Hostílio Silveira Vargas

Luiz Carlos Alves de Freitas

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Julia Walesca Gomes de Carvalho

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários

do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Edil Batista Junior, Eduardo Stalin Silva, Gustavo Diefenthaeler, Idalvo Cavalcanti Toscano, Ivo de Santana, Miguel Hostílio Silveira Vargas, Sérgio da Luz Belsito e Sérgio Canas Prata

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo

Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3322-8208 nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti

(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos

Fotos: Divulgação Deputado Marcos Maia

Diagramação: Tabaruba Design Ilustrações: Claudio Duarte Fotolito e impressão: Ultra Set

Tiragem: 10.000

Assessoria de Comunicação do Sinal: Aipy Imprensa Design

www.aipy.com.br

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte. O Consellho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos

artigos assinados.

NESTA EDIÇÃO

NOVO GOVERNO

Quem tem medo da inflação?

Página 6



O legado de Lula e os desafios da era Dilma

Página 12



PEC 549

Servidor continua o vilão da história

Página 16



ENTREVISTA/DEPUTADO MARCO MAIA (PT/RS)

"Não há assunto proibido na pauta da Câmara"

Página 20



PRATA DA CASA

Semear a terra: de volta ao velho projeto

Página 30



PARLAMENTO

Novo Congresso. Novo?

Página 32

Antônio Claudio Lopes da Gama Cerqueira e Afonso Vitor Fleury Teixeira

SOBRE A APLICAÇÃO DA "GESTÃO POR OBJETIVOS" NO NÚCLEO DE CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO......

. Página 24

maio 2011 Sanda 5

Quem tem medo da inflação?



A paranoia inflacionária acendeu o sinal amarelo no governo, mas não são poucos os interesses que gostariam quemudasselogoparaovermelho. A expectativa, porém, éque o BC continue cuidados o na dos agemdo combate à inflação, para que a principal herança do governo Lula – crescimentocomdistribuição de renda – não vire pólogo no primeiro ano de Dilma

PAULO VASCONCELLOS

A notícia de que a escalada de preços havia fugido ao centro da meta estabelecida pelas autoridades econômicas, logo nos 100 primeiros dias do mandato da presidenta Dilma Rousseff, e que em abril já tinha estourado o teto da meta, atiçou os ortodoxos de plantão, embalou o discurso dos defensores do mercado e botou os economistas independentes de sobreaviso para mais uma batalha iminente: o jogo de pressão para que se retome a política de elevação da taxa básica de juros.

"A taxa de juros é o instrumento mais eficaz para lidar com essas situações", defendeu Mailson da Nóbrega, sócio da Tendências Consultoria, no seminário Rumos da Economia Brasileira. promovido pela Revista Brasileiros, no começo de março, em São Paulo. Ministro da Fazenda do governo José Sarney, entre 1988 e 1989, quando a taxa de inflação chegou ao pico de 86% – quase 3% ao dia –, Mailson é um dos defensores da medicação baseada na taxa de juros. "Eu acho que o Banco Central não pode

interromper o ciclo de política monetária que ele começou no início deste ano. Não é subir mais a taxa de juros. É não interromper o ciclo."

"Usar a política monetária, basicamente a política de juros, está dentro de uma visão monetarista que diz que a inflação é gerada por excesso de moeda, de salário e gasto público, mas não é a mais adequada para este repique inflacionário de agora", rebate Nilson Araújo, professor de economia da Universidade Federal da Integração Latino Americana. "Está evidente que o que ocasionou o repique inflacionário não foi o excesso de demanda, mas o aumento das commodities no mercado internacional. Usar a política de juros não faz sentido porque não há excesso de demanda e o repique nem foi muito grande."

Esta é também a opinião do economista Fernando Ferrari Filho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG), para quem a "elevação de juros quando a inflação não é de demanda é inócua para arrefecer a dinâmica dos preços, mas, em compensação, tem impacto sobre a apreciação cambial, o nível de atividade e o custo de rolagem da dívida pública".

Não permitiremos especulação financeira, nem formação de bolhas. Continuaremos a agir, mesmo que isso contrarie os interesses imediatistas de alguns."

GUIDO MANTEGA Ministro da Fazenda

► Sem improvisação

"O governo tem uma estratégia bem definida de política econômica. Não tem improviso", disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, numa resposta aos críticos que atacaram a opção pelo aumento do Imposto sobre as Operações Financeiras, o IOF, para conter o crédito e tentar estancar a escalada dos preços. "Não permitiremos especulação financeira, nem formação de bolhas. Continuaremos a agir, mesmo que isso contrarie os interesses imediatistas de alguns."

O que levou os brasileiros a por as barbas de molho foi a informação divulgada pelo IBGE de que a inflação oficial havia ficado em 0,77% em março, atingindo 6,51% no acumulado em 12 meses e deixando para trás a meta de 4,5%. O governo, que já elevara duas vezes a taxa básica de juros em meio ponto cada, aumentou o IOF de 1,5% para 3% ao ano para as operações de crédito para a pessoa física numa tentativa de moderar o consumo.

Menos de uma semana depois, diante das avaliações de que as medidas não haviam surtido muito resultado, o Banco Central decidiu criar um grupo especial para monitorar os preços das *commodities* e dos alimentos básicos, principalmente soja, milho, café, algodão, arroz, feijão e hortigranjeiros. Por via das dúvidas, em 20 de abril aumentou a Selic que subiria em mais 0,25%, apesar da grita do mercado por 0,50%.

O lado "bom" da inflação foi o reforço do caixa do governo com a arrecadação extra de R\$ 7 bilhões no primeiro bimestre do ano porque o efeito do aumento de preços contaminou positivamente o recolhimento de todos os impostos e contribuições, com resultados mais evidentes no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), PIS e Cofins.

A enxurrada de capitais estrangeiros no Brasil, atraídos pela remuneração da taxa básica de juros, por sua vez, fez com que o patamar de valorização da moeda americana caísse do R\$ 1,6 para R\$ 1,5 – o mais baixo desde 2008 – por vários dias, até recuperar o fôlego novamente. A consequência projetada pelos bancos é de uma redução acentuada do superávit da balança comercial brasileira este ano com possibilidade de déficit em 2012.

Mas o mais preocupante é o volume da dívida interna, que cresce de roldão no embalo da entrada de capital estrangeiro. A Dívida Pública Federal, interna e externa, que fechou 2010 em R\$ 1.694 bilhões, deve chegar a 2011 a algo entre R\$ 1.800 bilhões e R\$ 1.930 bilhões, segundo artigo do economista Décio Pizzato na página do Conselho Federal de Economia na internet. "O Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública Federal prevê recursos no montante de R\$ 464,3 bilhões, que serão distribuídos da seguinte forma: Dívida Interna R\$ 410 bilhões, Dívida Externa R\$ 12,8 bilhões e encargos como Banco Central R\$ 41,4 bilhões", informa o artigo. "Serão pagos juros no montante de R\$ 89,3 bilhões, sendo R\$ 82,5 bilhões para a Dívida Interna

Trata-se de um salto nada insignificante considerando-se que o PIB chegou em 2010 a US\$ 2,09 trilhões e que em algum momento o país terá que pagar a recompra dos títulos valorizados pelos juros que o governo estipulou. Só no primeiro trimestre do ano foram pagos US\$ 19 bilhões em juros, que nem assim "zeraram" os juros da dívida no período, incorporados ao principal.

e R\$ 6,8 bilhões para a Externa."

▶ Os interesses em jogo

O aumento da taxa de juros comprometeria ainda mais as contas públicas, mas não é só. O remédio beneficia os rentistas e o capital estrangeiro com R\$ 16 bilhões ao ano a cada ponto percentual de elevação, mas seria contraindicado para o crescimento do país

e, por tabela, poderia comprometer a geração de emprego e renda.

"Quando se analisa o que ocorre no mundo e se compara com o que nos acontece, verificamos que a situação fiscal (déficit nominal e relação dívida/ PIB), mesmo não sendo o que gostaríamos, está longe de ser um desastre, e que a nossa taxa de inflação batendo no teto de tolerância da meta não está mais fora de controle do que qualquer outra do mundo emergente", escreveu o ex-ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto em sua coluna no jornal Folha de S. Paulo. "Um dramático choque fiscal e um significativo aumento da taxa de juro real (já a maior do mundo e três vezes maior do que a do segundo colocado) poderia nos levar de volta à recessão. Não tenhamos ilusões. É impossível calibrar os efeitos de tal choque. Quem calibra para reduzir o crescimento a 3% poderá acabar reduzindo-o para menos 1%".

"Em vez de metas para a inflação, a economia brasileira necessita é de metas para o crescimento", defende Fernando Ferrari Filho, da UFRGS. "Isto não quer dizer que sou apologista da inflação. Sou crítico é do regime de dominância monetária, alicerçado em metas para inflação.

Ferrari chama a atenção para o fato de que a taxa média de inflação durante o regime de metas, entre 1999 e 2010, foi da ordem de 6,7% ao ano. "Portanto, não faz sentido os agentes econômicos e principalmente os meios de comunicação se mostrarem 'assustados' com o 'recrudescimento' da taxa inflacionária", diz.

"É o aumento do gasto público que gera pressão inflacionária", defendeu o economista Paulo Rabello de Castro. da RC Consultores, numa entrevista à rádio CBN em que criticou o corte de R\$ 50 milhões no orçamento determinado pela presidenta Dilma Rousseff. "Esse corte é um corte de vento. A estimativa é que o gasto nominal este ano será igual ou maior do que no ano da gastanca de 2010. Vai bater a inflação, vai bater o aumento do PIB e ainda botar uma cabeca de vantagem. É isso que cria a pressão inflacionária, obrigando o Banco Central a elevar a taxa de juros que, por sua vez, onera o setor produtivo."

Numa síntese perfeita do temor dos brasileiros pelo fantasma, o ex-ministro Mailson da Nóbrega disse: "O inimigo é a inflação e ela está se generalizando. Está na boca do povo de uma sociedade viciada em indexação."

► Crescimento ou recessão?

Que o inimigo público deve ser combatido, não há dúvida. O dilema parece ser quanto do desenvolvimento se pretende comprometer em troca do controle de uma inflação que ainda está muito longe da imagem do dragão que assombrava no passado.

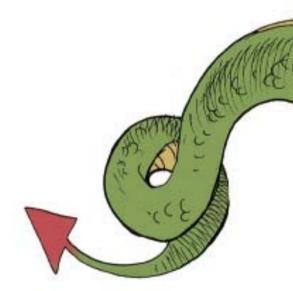
Na Argentina, a inflação do ano passado, que variou de 10,9%, segundo dados oficiais, a 22%, de acordo com a oposição, não apagou o bom desempenho da economia do país, que cresceu 9,1% - quase dois pontos a mais do que a brasileira.

O Chile, que há pelo menos uma década experimenta um crescimento

médio de 5% e uma taxa de inflação que não supera este patamar, também já reviu em um ponto, de 3% para 4,3%, a meta inflacionária deste ano em virtude da elevação dos preços das commodities.

No Brasil, o medo da inflação já levou o governo a rever para baixo o crescimento do PIB deste ano – de 7,5%, em 2010, para 5%. Nem nisso, advertem alguns economistas, o governo Dilma, assim como o de Lula, se diferencia muito do antecessor, o tucano Fernando Henrique Cardoso.

"O Gustavo Franco, que presidia o Banco Central, um belo dia decretou que o PIB potencial do Brasil era 3,5%. Guido Mantega diz agora que é 5%. De onde tiraram esses números, ninguém sabe. É um chute", aponta Nilson Araújo, da Universidade Federal da Integração Latino Americana. "Se o PIB cresce a 7% e o investimento para a produção cresce também na mesma proporção não tem problema."



8 maio 2011 Single

A memória inflacionária ainda é muito forte, mas há setores preocupados apenas em manter as taxas de ganhos do sistema financeiro. O custo do combate a inflação depende do quanto se vai crescer."

LAURO MATTEL professor de Economia da UFSC

O risco, adverte Araújo, é o país aprofundar o retrocesso a uma economia primária. "O que o governo não assumia com o Gustavo Franco, antes, e com o Guido Mantega, agora, é que a idéia é manter o dólar barato. A consequência é o aumento nas dificuldades para a exportação e uma reprimarização da economia brasileira", diz. "Desde o ano passado o Brasil voltou a ser um exportador de produtos primários. Estamos em um processo acelerado de desindustrialização. O problema não é a inflação, mas o câmbio, que compromete as contas externas e o futuro, porque desestrutura os setores industriais."

O presidente do Banco Central,

Alexandre Tombini, que comandou os três primeiros aumentos da Selic no governo Dilma, chegou a ensaiar uma mudanca de rota na política que herdou de Henrique Meirelles. Em um depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, no fim de março, explicou que os repiques foram provocados essencialmente pela alta mundial dos precos das commodities agrícolas e confirmou que não havia inflação de demanda. Em abril já admitia que a inflação tinha causas na demanda. Analistas do cenário político do planalto calculam que, diante das notícias ruins e da pressão política, Tombini tenha preferido recuar do confronto pelo menos por enquanto.

A dose do BC

"O Copom é conservador e entende que o objetivo da política monetária é manter a inflação sob controle, de preferência em seu alvo de 4,5%", diz Fernando Ferrari Filho, da UFRGS. "Enquanto o Conselho Monetário Nacional não for mais democrático em sua composição e o Copom não for mais flexível em suas idéias e decisões é pouco provável que a política monetária mude seu rumo."

O dilema para o governo é como romper o ciclo vicioso que amarra a política econômica a soluções aparentemente esquizofrênicas. Alguns economistas apontam a alternativa de promover o crescimento sem a dependência externa de financiamento. Isso exigiria uma nova engenharia política e um grau maior de liberdade na conducão da economia, com aumento da poupanca interna. Como fazer isso são outros quinhentos.

"Todo esse debate é capenga se se olhar apenas a inflação", diz Lauro Mattei, professor de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) "A memória inflacionária ainda é muito forte, mas há setores preocupados apenas em manter as taxas de ganhos do sistema financeiro. O custo do combate a inflação depende do quanto se vai crescer. A estabilidade definida para o país é muito rígida. Não vejo problema nenhum se inflação chegar a 9%, desde que haja crescimento da economia, com expansão do emprego e dos investimentos na produção acima dos atuais 17%."

No ano passado, a inflação chegou a 5,9%, mas não comprometeu as conquistas paralelas ao crescimento do PIB de 7,5%. A geração de emprego e a redistribuição de renda garantiram o sucesso da candidatura Dilma Rousseff nas urnas e um natal farto para a indústria, o comércio e os consumidores. A expectativa é que o Banco Central continue ao menos cuidadoso na dosagem do combate à inflação para que a principal herança do governo Lula não vire pó logo no primeiro ano de Dilma. 🔀



O legado de Lula e os desafios da era Dilma

Acapacidade gerencial de Dilma ainda não conseguiu uniros dois grupos que orbitam o Palácio do Planalto: os desenvolvimentistas, do qual ela fez parte nos dois primeiros mandatos petistas, que gostariam de um aprofundamento das conquistas herdadas do governo Lula, e os que consideram que a prioridade agora deve ser arrumar a casa

Passados os cem primeiros dias, o governo Dilma Rousseff ainda busca o melhor caminho de enfrentar o desafio de exibir uma identidade própria sem choques com o legado de Luís Inácio Lula da Silva. Nos bastidores do Palácio do Planalto avalia-se que os avanços e conquistas, como o crescimento da economia e o início do processo de redistribuição de renda, ainda dependem de garantias de sustentabilidade capazes de conter a pressão de setores conservadores para um meia volta, volver às raízes do neoliberalismo. Especialistas apontam um obstáculo mais difícil: as contradições macroeconômicas responsáveis pelas desigualdades sociais, resultado de um modelo fundado pelo governo Fernando Henrique Cardoso que não foi rompido por Lula e até agora parece esquecido por Dilma. Embora reconheçam avanços em alguns pontos, como a redistribuição de renda, economistas e cientistas sociais destacam outros que sequer foram tocados e têm se aprofundado.

O cenário parece dar razão aos céticos. Até abril, colhiam-se aqui e ali fatos que andavam sumidos do noticiário. Na economia, os indicadores apontavam para uma inflação acima até mesmo do teto da meta de 6,5% ao mesmo tempo em que a valorização do real alimentava a crítica dos exportadores. O governo, por sua vez, estabelecia um corte de R\$ 50 bilhões nas despesas de custeio e estabelecia que o crescimento do país não passaria de 5%.

► Sinais ambíguos

Na área trabalhista, duas notícias assustavam. Uma, preocupante, foi o recuo de 65%, em março, na comparação com o mesmo mês de 2010, na criação de vagas formais de emprego, enquanto as demissões atingiam no

mesmo mês 1,6 milhão de trabalhadores, um recorde na série histórica iniciada em 1992, maior até do que a que foi registrada na crise financeira internacional de 2009. Outra, mais urgente, levou as autoridades a se mobilizarem para tentar conter a repetição dos conflitos provocados por operários das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAG do Governo Federal, das usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, em Rondônia, por más condições de trabalho.

Por fim, segundo a avaliação de alguns estudiosos, o recrudescimento de manifestações políticas e morais de setores conservadores representava um risco, ainda que simbólico, a todas as conquistas sociais dos últimos anos.

"Há um ambiente que contamina a sociedade para a intolerância religiosa, a homofobia e o racismo, que vai continuar se o governo continuar na sua movimentação dúbia", defende Alexandre Ciconello, mestre em Ciência Política pela UnB com especialização pela American University, de Washington, que no fim de março falou dos avanços e contradições da política de direitos humanos de oito anos de petismo no seminário "A Sociedade Civil e o Governo Lula: da Paixão ao Desencanto?", promovido pela Fundação Heinrich Böll em parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Dois dos movimentos ambíguos seriam o recuo da candidata Dilma Rousseff na questão do aborto e a retirada de pauta da democratização dos meios de comunicação. Mas não é só. "A indicação de Lula na Comissão da Verdade não escolheu ninguém comprometido com os direitos humanos", aponta Ciconello. "A Corte Interamericana decidiu que Brasil tem que condenar quem cometeu crimes de direitos humanos cometidos por agentes do Estado. Todos os países da América Latina fizeram isso, menos o Brasil. Esse tipo de leniência faz com que hoje ainda se torture e se mate. O ambiente se deteriorou."

► Redução da pobreza

A boa constatação é que o país avancou na garantia da qualidade de vida para a população graças aos investimentos em políticas de distribuição de renda. Só de recursos do Ministério de Desenvolvimento Social houve um incremento de R\$ 7.8 bilhões, em 2003, para R\$ 34 bilhões, em 2010. Algumas políticas foram importantes para reduzir as desigualdades sociais e reduzir a pobreza. De 2003 a 2009, cerca de 28 milhões de pessoas saíram da pobreza. O Índice de Gini - que mede o grau de desigualdade segundo a renda domiciliar per capita e varia de 0, quando a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor, a 1. quando apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula - caiu de 0,587, em 2003, para 0,531, em 2008, segundo o IBGE.

"Cada um real que o governo investe em política redistributiva gera um real e meia de retorno", diz

De 2003 a 2010, o governo havia pago R\$ 1,2 trilhão em juros e amortização da dívida, quinze vezes mais do que aquilo que foi gasto com o Bolsa Família, que beneficia 11 milhões de pessoas. Essas são heranças da política neoliberal que não se alteraram muito no governo Lula."

ALEXANDRE CICONELLO Mestre em Ciência Política pela UNB

Ciconello. "Isso fez com que o reflexo da crise financeira internacional de 2008/2009 fosse menor no Brasil." Ainda assim, de acordo com o cientista político, persistem desigualdades. "Quem financia o Estado são as pessoas mais pobres, porque o sistema tributário brasileiro é baseado no consumo. Os trabalhadores assalariados pagam mais tributo que as empresas e o capital. Enquanto 30% do orçamento vão para o pagamento de juros

maio 2011 S

e amortizações da dívida pública, a Saúde fica com pouco mais de 5% e a Educação com menos de 5%. De 2003 a 2010, o governo havia pago R\$ 1,2 trilhão em juros e amortização da dívida, quinze vezes mais do que aquilo que foi gasto com o Bolsa Família, que beneficia 11 milhões de pessoas. Essas são heranças da política neoliberal que não se alteraram muito no governo Lula."

"O governo Dilma parece seguir a tendência de manter a política do segundo governo Lula no que se refere aos programas de crescimento e de gasto social, mas sem mudar também as distorções que foram herdadas. Não tem uma agenda de reformas", diz Lauro Mattei, professor de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e autor do artigo "A política econômica do governo Lula (2003/2010) - Cenários, resultados e perspectivas", publicado no livro "Nunca Antes na História desse País...? Um Balanço das Políticas do Governo Lula", em que analisa a engrenagem de política econômica que levou à estabilização e nas contradições que ela não desfez. "A primeira declaração do presidente eleito em 2002 era de que o povo votou para mudar. Esse discurso se contradiz com a primeira carta aos brasileiros, em que assume compromisso com interesse financeiros internacionais, e depois quando se reúne com FMI e Banco Mundial, nos Estados Unidos, para reafirmar que vai manter os contratos, combater à inflação, adotar a responsabilidade fiscal e manter o ambiente seguro para capital

14

internacional. A partir daí, a margem de manobra do governo Lula em termos de política macroeconômica e econômica é muito pequena."

Lauro Mattei defende que o car-

dápio da política macroeconômica inaugurada por Fernando Henrique Cardoso e mantida por Lula se assenta em quatro pilares: desregulamentação bancária e financeira, abertura total da economia, reducão do papel do estado e política de estabilização de precos assentada na política cambial e taxa de juros. Esse arcabouço leva ao deseguilíbrio da balanca comercial. ao crescimento da dívida interna. à evolução baixíssima do PIB, ao desaquecimento da economia, à elevação do desemprego e à queda do poder de compra do salário.

"O governo Lula tem dois movimentos. O primeiro mandato foi uma continuidade, com aprofundamento, do governo Fernando Henrique Cardoso. Só no segundo se estabelece uma nova cara para a política econômica, menos ortodoxa e mais desenvolvimentista", afirma Mattei. "Alguns indicadores mudaram por conta do boom de expansão do comércio internacional com elevação das commodities e forte entrada de capitais externos. Foi o que possibilitou o equilíbrio das contas do país e a recuperação de programas de investimentos. Mas as despesas do governo continuaram crescendo muito e a dívida, sem regulamentação do sistema financeiro como há no Chile e na Argentina, explodiu porque é preciso remunerar os capitais externos. O governo Lula se tornou refém do capital financeiro nacional e internacional e não parece haver um movimento contrário de Dilma Rousseff."

A questão cambial, mais do que a inflação, diz o professor, é um problema crucial, mas não está na ordem do dia dos debates. Não é só. "A taxa de investimento da economia brasileira está em torno de 17%, enquanto países em desenvolvimento têm taxa de investimento produtivo acima de 40%", afirma Mattei. "Também não há mudanca à vista nos investimentos em infraestrutura para eliminar os gargalos energéticos e de transporte do país e a Reforma Tributária, que poderia ajudar a reduzir as desigualdades regionais, não é prioridade."

▶ Disputa interna

A capacidade gerencial de Dilma Rousseff ainda não conseguiu unir os dois grupos que orbitam o Palácio do Planalto: os desenvolvimentistas, do qual ela fez parte nos dois primeiros mandatos petistas, que apostam no crescimento econômico e gostariam de um aprofundamento das conquistas herdadas do governo Lula, e os que consideram que a prioridade agora deve ser arrumar a casa com medidas como o corte nos gastos públicos.

"Não podemos perder o foco: a inflação em alta pode ser o estopim para a pressão dos setores da sociedade que mais reagem a outros temas, como os direitos humanos e a distribuição de renda", tem repetido a assessores um ocupante do segundo escalão do governo, mas com lugar garantido nas primeiras fileiras do PT.

Nos quadros dirigentes do partido tem havido uma preocupação de blindar a amizade da presidenta Dilma Rousseff com o ex-presidente Lula das intrigas articuladas por setores conservadores com a ajuda da grande imprensa. Não há ilusões de que nos próximos quatro anos as semelhancas entre um e outro serão criticadas e as diferenças alardeadas como aconteceu com o voto do Brasil na ONU a favor de investigações sobre violação de direitos humanos no Irã.

Outra estratégia que parece fundamental a articuladores próximos à presidenta é a ampliar e estreitar as relações com movimentos sociais para garantir a sustentação política do governo. "O nosso projeto político não pode se contentar apenas com a ampliação da classe média", defendeu o especialista em educação popular e gestão participativa Pedro Pontual, convidado pelo secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para auxiliar na articulação do governo com as entidades e os movimentos sociais, no seminário "A Sociedade Civil e o Governo Lula: da Paixão ao Desencanto?". "A presidenta Dilma já disse que isso não pode parar aí porque se essa classe média não for formada no sentido de incorporar os valores da democracia, como solidariedade e justiça, pode se voltar contra o nosso próprio projeto. Até mesmo o carro-chefe da gestão de Dilma, o Programa de Erradicação da Miséria e da Pobreza Extrema, precisa incorporar no seu desenvolvimento

uma participação social na gestão do próprio programa."

"É importante frisar que este não

é o governo Lula. É o governo Dilma. Embora tenha um grau de continuidade, tem novidades. Dilma terá sua forma e marca de governo", costuma repetir Selvino Heck, assessor especial da Secretaria Geral da Presidência da República, nas palestras que faz em todo o país. No seminário "A Sociedade Civil e o Governo Lula: da Paixão ao Desencanto?", Selvino respondeu às críticas com perguntas. "Depois do governo Lula, este país é mais ou menos democrático? Tem mais ou menos igualdade econômica e social? Tem mais ou menos cidadania? Tem mais ou menos políticas públicas? O povo vive melhor ou vive pior? Tem mais ou menos direitos humanos? Esta é a medida essencial para fazer um debate político neste momento histórico." Mas ele reconhece que é preciso mais: "É preciso avançar além do que já fez o governo Lula. O Brasil deve e com certeza pode vencer a extrema pobreza nos próximos anos. E proclamar ao mundo que aqui se constrói a igualdade, com distribuição de renda, participação social, democracia e solidariedade. Trata-se de um desafio histórico."

Sem dúvida. Mas primeiro parece que o governo terá que vencer a queda de braço com a oposição política e as incoerências internas. Uma e outra têm demonstrado fôlego suficiente para retardar a efetivação das bandeiras de campanha que prometem um país mais forte e justo. 🖊

É preciso avançar além do que já fez o governo Lula. O Brasil deve e com certeza pode vencer a extrema pobreza nos próximos anos. E proclamar ao mundo que aqui se constrói a igualdade, com distribuição de renda, participação social, democracia e solidariedade. Trata-se de um desafio histórico."

SELVINO HECK Assessor Especial da Secretaria Geral da Presidência da República

maio 2011

Servidor continua o vilão da história

Entidades temem que qualidade dos serviços públicosoferecidos à população fique prejudicada,

caso o Projeto seja aprovado no Congresso ROSANE DE SOUZA

Dia 13 de abril, servidores federais de diversas categorias voltaram a ocupar as avenidas de Brasília numa grande mobilização, com a finalidade de impedir o avanco do Projeto de Lei Complementar 549/2009, que limita gastos com pessoal no setor público congelando salários do funcionalismo pelos próximos dez anos. Em fevereiro, 23 entidades nacionais haviam percorrido toda a Avenida da Esplanada com o mesmo objetivo.

Já aprovado a toque de caixa pelos senadores no fim de 2009, o texto do projeto, levado ao plenário e, à época, considerado prioritário pelo governo Lula, limita em 2,5% mais a correção do IPCA o aumento anual dos gastos com pessoal e encargos sociais dos servidores públicos federais, por dez longos anos. Em tramitação na Câmara dos Deputados, o PLP 549 impede a expansão dos serviços públicos no Brasil e cobre apenas, com um cobertor muito curto, o crescimento vegetativo da folha salarial do funcionalismo federal.

Algumas categorias acreditam que o apetite do governo para abocanhar

os salários e promover o desmonte da máquina pública, por meio do artifício de fazer uma indexação negativa nos salários, foi saciado, pelo menos, este ano, com o corte de R\$ 50 bilhões no orçamento do Estado. Entretanto, o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, acredita que a presidente Dilma Rousseff e os ministros Guido Mantega e Miriam Belchior vão insistir na proposta apresentada há dois anos.

Para o analista político do Diap, há sinais claros de que o Executivo vai tentar aprovar o PL 549. Um deles é o encaminhamento dado ao projeto pelo seu último relator, o deputado gaúcho Pepe Vargas, do PT. "Ele apenas rejeitou o mérito do projeto, sem decidir pelo seu arquivamento", afirma. Esse encaminhamento deixa mais do que uma brecha para a apreciação da matéria pelos deputados federais, uma vez que um projeto de lei complementar, não sendo arquivado, pode ser levado ao plenário, independentemente da rejeição dos relatores das comissões.

O presidente da Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), Wilson Roberto de Sá. aconselha os servidores federais a se manterem vigilantes diante da possibilidade de aprovação do PL 549. "Essas questões estão sendo tratadas com muita interferência", ressalta, acrescentando que a entidade continua trabalhando junto à base parlamentar aliada, procurando esclarecer sua posição e fazer com que esses deputados ajudem a rejeitar essa proposta considerada por ele absurda. Segundo Wilson, a fiscalização sanitária ligada à defesa agropecuária já está praticamente paralisada após o corte de R\$ 100 milhões no orçamento da área, por conta do contingenciamento de R\$ 50 bilhões no Orçamento da União. "Não podemos conceber outro tipo de proposta semelhante como a embutida no PL 549. É totalmente fora de propósito."

► Sem reajuste e sem pessoal

Ao analisar o projeto de lei complementar à Lei de Responsabilidade Fiscal de limite de gastos com pessoal



O aparente
entendimento da
diretoria com o
governo anterior, que
previa uma reposição
parcial, plurianual,
dos quadros no BC,
desmoronou com o
arrocho patrocinado
pelo governo Dilma,
em que todos os
concursos públicos
foram suspensos".

SINAL NACIONAL Editorial publicado no dia 30 demarco

do setor público, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revela que o PL 549 nem sequer assegura aos servidores qualquer reajuste em seus vencimentos. Na verdade, nem mesmo garante a manutenção do valor real dos vencimentos, muito menos a sua elevação periódica em termos reais.

Na avaliação do Dieese, se aprovadas, as novas regras também limitarão significativamente o papel das mesas de negociações entre servidores e o governo federal, comprometendo os esforços de tratar das questões do funcionalismo através do diálogo entre as partes. Já o relator do texto do projeto, o deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS) assinalou seis aspectos para rejeitar a iniciativa governamental de tentar paralisar a máquina do Estado.

Os argumentos do parlamentar são coerentes: a relação percentual entre a despesa líquida com pessoal consolidada da União e a receita corrente líquida federal tem se mantido estável por toda a década, com variação mínima de 31,88%, em 2002, para 31,33%, em 2009; a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem atendido, com sobra, à necessidade de limite para as despesas com pessoal e encargos sociais da União; resultará em prejuízo de toda a sociedade brasileira, que anseia por instituições públicas organizadas e eficientes no cumprimento de sua missão; colide com outras proposições em tramitação na Câmara que tratam de realinhamentos salariais de carreiras; exclui do limite proposto as despesas com pessoal e encargos sociais do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública do Distrito Federal, bem como as despesas com a organização e manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, estabelecendo tratamento desigual e injusto entre órgãos congêneres; por fim, a ideia de limitar as obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas dos Poderes e órgãos referidos no artigo 20 da LRF a 25% e impor limites mais rigorosos para as despesas com pessoal e encargos sociais não é coe-

rente ou eficiente para os fins visados

na sua justificação.

O projeto em análise, na avaliação de algumas entidades, compromete até mesmo o futuro do Estado brasileiro. Hoje, por exemplo, dos 3.549 fiscais agropecuários que atuam no país, 58% estão em idade de aposentadoria, sem que haja qualquer perspectiva de recomposição de pessoal. "Esse efetivo deveria ser quatro vezes mais, no mínimo. Porém, com o limite de gastos e suspensão dos concursos, o futuro da fiscalização, num país em que 42% do Produto Interno Bruto (PIB) vem do agronegócio, é incerto."

A Anffa Sindical encaminhou à presidente, Dilma Rousseff, e aos ministros do Estado um ofício através do qual lamenta o corte de R\$ 100 milhões no orçamento da área, efetivado pelo ajuste fiscal. No documento, a entidade alerta para o risco de futuros embargos sanitários ou comerciais de países compradores

dos produtos agrícolas brasileiros, devido à falta de fiscalização.

Os dirigentes do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) também vêm denunciando o que acreditam ser um processo lento e inexorável de desmonte da estrutura do BC. Nos últimos anos, centenas de servidores da instituição aposentaram-se, levando com eles a experiência e o conhecimento. Até aqui, a reposição de quadros tem sido insuficiente e extemporânea, e parte do conhecimento e da cultura se perdeu. O mais grave é que, em três anos, mais de um terço dos servidores reunirão condições de aposentadoria. "O aparente entendimento da diretoria com o governo anterior, que previa uma reposição parcial, plurianual, dos quadros no BC, desmoronou com o arrocho patrocinado pelo governo Dilma, em que todos os concursos públicos foram suspensos", relatou o Sinal em editorial divulgado no dia 30 de março deste ano.

► Crescimento inútil

Na primeira manifestação pela abertura das negociações salariais entre o governo e o funcionalismo, que reuniu, em Brasília, mais de 5 mil servidores de diversas categorias, o assessor parlamentar do Sinal, Paulo Eduardo de Freitas, lembrou que o país cresceu 7,5% em 2010, a maior alta desde o ano 1986, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa riqueza, porém, não será distribuída entre os que ajudaram a construí-la, de acordo com Freitas. "Quem ganhou com isso foi o capital financeiro", assinalou. A exdeputada Luciana Genro, que rejeitou o projeto como relatora do PL 549 na Comissão de Financas e Tributação da Câmara dos Deputados, acredita que, realmente, o governo escolheu premiar o capital financeiro, em detrimento dos servidores.

Segundo a ex-deputada, o orçamento de 2011 prevê um total de gastos de R\$ 1,940 trilhão, dos quais R\$ 954 bilhões (49,15% do total) serão destinados a reduzir o endividamento público. Ou seja: quase metade do orçamento será usada para pagar os credores financeiros do governo. Este ano, os juros e amortizações da dívida representam 3,44 vezes os gastos previstos com a Previdência Social (INSS); mais de 13,93 vezes os gastos com saúde; mais de 16,83 vezes o gasto com educação; e 202,49 vezes os gastos com reforma agrária. Em 2010, o montante destinado ao capital financeiro correspondeu a 45% do orçamento da União - R\$ 635 bilhões, de acordo com o deputado Ivan Valente (PSOL-SP).



Ajuste fiscal imprudente

O ajuste fiscal de R\$ 50 bilhões, decretado logo no início do governo de Dilma Rousseff, foi taxado de "barbeiragem", pelo coordenador do Grupo de Análises e Previsões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Messenberg, instituição do próprio governo. O economista qualificou o corte de "massacre de serra elétrica", alertando que fazer poupança pública é diferente de sair cortando só para aumentar o superávit a fim de efetuar o pagamento dos juros da dívida.

"Esse ajuste fiscal cortará a fonte do crescimento, que é o investimento", disse o especialista do Ipea, na entrevista em que divulgou o boletim "Conjuntura em Foco", editado pelo instituto. O economista deixou claro que considera a mudança de orientação do governo perigosa, "porque privilegia apenas os interesses do setor financeiro".

maio 2011 S

"Não há assunto proibido na pauta da Câmara"

Com longa experiência na vida parlamentar – este é o seu terceiro mandato como deputado federal - o atual presidente da Câmara, militante histórico do PT gaúcho, tem fama de negociador. A palavra consenso está no seu vocabulário desde sempre, e hoje, mais do que nunca, faz parte de suas principais preocupações. Com a agenda super lotada, ele gentilmente respondeu às perguntas da Por Sinal, sem, no entanto, polemizar, como é de seu feitio. Veja, a seguir, o que o deputado Marco Maia pensa sobre algumas questões que mobilizam os servidores públicos federais e que prometem agitar a Casa.

REFORMA POLÍTICA

■ Com o novo Congresso, qual sua expectativa em relação à votação da reforma? Quais os interesses em jogo? É possível haver um consenso sobre os pontos mais relevantes, como, por exemplo, o financiamento público das campanhas?

Os deputados e senadores desta legislatura estão comprometidos com a realização da reforma política, por entenderem o tema como urgente. Já formamos comissões especiais tanto na Câmara quanto no Senado. Por enquanto, elas estão trabalhando de forma independente, estudando as propostas que já tramitam em cada uma das casas, acolhendo as sugestões dos parlamentares e buscando consenso acerca dos pontos mais polêmicos, como o financiamento público, o voto distrital e a lista fechada.

Quando falamos em reforma política é importante ressaltar que há questões que podem caminhar naturalmente para um consenso e outras que provocam debates mais acaloradas e que são pontos de muita divergência. O que defendo é que a gente já avance imediatamente no que tiver acordo. Não podemos nos prender à visão de que só teremos sucesso se fizermos uma "ampla reforma", que mude totalmente a estrutura da política e do sistema eleitoral brasileiro. Se avançarmos no que há consenso, a população perceberá as mudanças na próxima eleição. E podemos continuar aprofundando as discussões sobre os outros assuntos.

■ São anos de um aparente consenso sobre a necessidade de uma reforma política para o fortalecimento da democracia em nosso país. No entanto, sai governo, entra governo, e não acontece nada. Por que?

A principal dificuldade é justamente encontrar o consenso. O que temos observado é que as comissões especiais da Câmara e do Senado já conseguiram encontrar consenso em alguns pontos e vamos continuar discutindo os outros temas. O importante é que estamos comprometidos em levar a reforma política à frente e já criamos as condições necessárias para que este debate se desenvolva ainda mais no Congresso e seja bem-sucedido.

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

■ Quais as chances do Congresso aprovar o Projeto de Lei Complementar 549/2010, no curto prazo, como deseja o novo governo? No final do ano passado, ele teve parecer contrário da relatora Luciana Genro na Comissão de Fi-

nanças e Tributação da Câmara. Que tipo de negociação é possível para contornar as resistências?

Este projeto recebeu o parecer da ex-deputada Luciana Genro na CFT, mas ele não foi votado. Com a mudanca na legislatura, foi preciso designar um novo relator para o projeto, que é o deputado Pepe Vargas. Portanto, o PLP volta à pauta da Casa e seguirá sua tramitação normalmente. Como essa matéria está sujeita à apreciação do Plenário, o importante é que haja uma articulação com os líderes partidários, com o objetivo de obter um acordo para sua votação.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

■ A Câmara vai discutir a negociação coletiva para os servidores, prevista na Convenção 151 da OIT? Que encaminhamento será dado a essa discussão? Oual a posição do novo governo?

O Congresso Nacional já aprovou no ano passado, na forma do Decreto Legislativo 206/2010, a ratificação do Brasil à



20



Deputado recebe em seu gabinete a equipe do Sinal

"

22

É no Parlamento que são feitas alguns dos debates mais importantes para o país e discutir o sistema financeiro e o papel do Banco Central é relevante. Certamente, o projeto que está sendo desenvolvido pelo Sinal agregará em muito nesta discussão. Então eu peço que esta proposta chegue até nós. "

Convenção 151 e da Recomendação 159 da Organização Internacional do Trabalho. O Congresso, portanto, cumpriu o seu papel e acreditamos que é um avanço significativo na garantia dos direitos trabalhistas do servidor público.

OUESTÕES TRABALHISTAS

- Na agenda de votações prioritárias na Câmara para este primeiro semestre estão incluídas a reforma sindical e lei de greve do funcionalismo? Que outras discussões, de interesse específico dos servidores, estão previstas?
- A medida provisória 528/11, que reajustou faixas de cobrança e descontos do Imposto de Renda da Pessoa Física em 4,5% por ano até 2014, já recebeu 57 emendas propondo um reajuste maior. Além da oposição, que promete barulho, as centrais sindicais também querem negociar esse reajuste. Qual o espaço para essa negociação na Câmara?

Já iniciei um diálogo muito positivo com as centrais sindicais para que elas apresentem à Câmara quais são os projetos que consideram prioritários para os trabalhadores. Entre os assuntos que eles já apontaram, estão o fim do fator previdenciário, a jornada de trabalho semanal para 40 horas sem redução de salários e a regularização do trabalho terceirizado.

Quanto à jornada de trabalho, ainda não há um consenso sobre o projeto. Estamos dialogando com o setor empresarial e os sindicatos para buscarmos um acordo para a matéria. Em relação aos terceirizados, já tomamos a primeira iniciativa na Câmara, criando uma comissão especial para tratar do assunto. Todos as outras reivindicações serão levadas aos parlamentares e debatidas.

O que eu friso é que não há assunto proibido na pauta da Câmara. O que precisamos é buscar os acordos e consensos necessários por meio do diálogo entre todos os lados envolvidos. Só assim avançaremos em questões como estas, que não são somente de interesse das centrais sindicais ou dos empresários, mas que influenciarão diretamente na vida dos brasileiros.

■ Por que as PECs ligadas às demandas trabalhistas não vão ser discutidas agora na Câmara? Não são prioritárias? Ou é uma questão de natureza financeira, principalmente quando o governo está sendo pressionado para um aperto fiscal, contendo os gastos públicos?

Ainda não colocamos em pauta, este ano, Propostas de Emenda à Constituição. Estamos discutindo com os líderes partidários para chegarmos a acordo sobre quais matérias serão levadas ao Plenário, pois existem algumas que já foram votadas em primeiro turno e aguardam a segunda votação, outras ainda não foram apreciadas. E havendo consenso, não há nada que impeça que as PECs ligadas às demandas trabalhistas sejam apreciadas. Repito:não há tema proibido na Câmara.

■ É possível se criar um espaço de negociação entre as entidades que representam os servidores federais e o Congresso, mais especificamente, a Câmara?

A Câmara é uma Casa aberta à população e à sociedade civil organizada e, portanto, já existem diversos espaços em que estas entidades podem participar. Além dos mecanismos de participação popular, como as audiências públicas e seminários realizados pela comissões temáticas, por exemplo. Mesmo neste ano, eu e meus colegas parlamentares já recebemos representantes de diversos sindicatos e associações das mais variadas categorias. E o mesmo espaço existe para as entidades dos servidores federais. A Câmara está de portas abertas às demandas destes servidores e, principalmente, estamos abertos ao diálogo.

AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

■ Para o nosso Sindicato, a discussão da autonomia do BC passa por um debate maior sobre a regulamentação do sistema financeiro. Por isso o Sinal está trabalhando em um projeto chamado "Projeto 192 - Sistema Financeiro Cidadão". Em linhas gerais, o Projeto transcende o Banco Central, buscando a regulação conjunta de todos os agentes fiscalizadores do Sistema Financeiro – Bacen, Susep, Previc e CVM− e tem como objetivo redirecionar

o funcionamento do sistema financeiro, de forma a fazer valer o que está escrito no artigo 192, da Constituição Federal: "o sistema financeiro nacional deve ser estruturado para promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade". Atualmente, o principal objetivo dos bancos é a obtenção de lucros cada vez maiores, por meio da cobrança abusiva de tarifas e pelo pagamento de rendimentos reduzidos a quem tem algum dinheiro aplicado. No Sistema Financeiro Cidadão, como o próprio nome diz, o foco será o cidadão, e o objetivo dos bancos passa a ser o desenvolvimento do país, combinado com o atendimento aos interesses da coletividade. Há espaço para essa discussão no Congresso? Qual a sua opinião sobre esta proposta?

O debate sobre a autonomia do Banco Central é muito importante, principalmente tendo em vista a atuação decisiva da instituição nos últimos anos, em grande parte responsável pelo desenvolvimento socioeconômico que obtivemos no Brasil. Atualmente, a instituição tem se envolvido na discussão do combate à inflação, da valorização do real frente às outras moedas, entre outros assuntos, que estão diretamente relacionados ao país que teremos daqui para a frente. Portanto, acredito que o BC tem tido uma trajetória bem-sucedida, mas é claro que sempre é possível melhorar.

É no Parlamento que são feitas alguns dos debates mais importantes para o país e discutir o sistema financeiro e o papel do Banco Central é relevante. Certamente, o projeto que está sendo desenvolvido pelo Sindicato agregará em muito nesta discussão. Então eu peço que esta proposta chegue até nós. Que seja apresentada aos deputados que integram as comissões pertinentes, aos líderes partidários, aos parlamentares que atuam neste setor. Assim, o debate terá condições de se desenvolver melhor. E repito: a Câmara está de portas abertas para receber as propostas e demandas de entidades dos mais diversos setores.

maio 2011 SIII 🗗

Sobre a aplicação da "Gestão por Objetivos" no núcleo de carreiras típicas de Estado

ANTÔNIO CLAUDIO LOPES DA GAMA CERQUEIRA
E AFONSO VITOR FLEURY TEIXEIRA

Há algum tempo o Estado brasileiro passa por implantação massiva, em seus órgãos estratégicos, de novas tecnologias de gestão voltadas para resultados. Com a justificativa de sua modernização, para retirá-lo da apatia e ineficiência supostamente decorrentes de um modelo ultrapassado, voltado para procedimentos, o poder público viu-se tomado por uma onda de reestruturações. Esse movimento desconsiderou, no entanto, que os novos paradigmas foram idealizados para aplicação nos setores públicos competitivos, e, ao serem estendidos para o Núcleo de Carreiras Típicas, causaram esvaziamento e deterioração dessas funções. Isso não só afeta as instituicões de Estado, como também recai diretamente sobre o status do funcionário público, cuja condição de representante do Estado é desconstruída, bem como é profundamente afetado seu estatuto ético de "sujeito causado", comprometido com a defesa do interesse público. Ao se submeter o Estado à lógica privatista, produzse não apenas um déficit democrático nas instituições de governo, como também uma burocracia de sujeitos alienados, tarefeiros em busca de metas e indicadores, cujo fim é compor estatísticas suficientes a justificar o "marketing" institucional – indispensável no mundo da competição, mas inadequado ao interesse público.

Origem histórica e implicações

Nos últimos anos, o serviço público brasileiro vem sendo fortemente impactado pelos paradigmas da "Gestão por Objetivos" (Management by objectivies), com desenvolvimento inicial nos Estados Unidos, posteriormente aplicado maciçamente no setor público da Grã-Bretanha, Nova Zelândia e Austrália, a partir da década de 1980.

Esse modelo, chamado genericamente de "Gestão por Objetivos", contém fundamentos ideológicos que se

alinham às experiências de "reengenharia", "choque de gestão" e "gestão estratégica com foco em resultados". Tais experimentos, importados do mundo privado para aplicação nos serviços competitivos do Estado (educação, saúde e cultura), visam a permitir sua sobrevivência em um espaço de competição que Estado e iniciativa privada compartilham.

Entretanto, em face de ter-se produzido uma crítica ao serviço público como um todo, sempre visto como

moroso e ineficiente, entenderam seus gestores, independentemente de suas especificidades, que adotar tais paradigmas significaria, também nas áreas exclusivas da atividade estatal, a inovação indispensável a produzir um Estado mais eficiente.

Esse movimento, entretanto, cujo bordão é sempre o da modernização administrativa, se consolidou com a

adoção acrítica de paradigmas oriundos do setor competitivo em órgãos estratégicos do Estado, e se fez sem uma avaliação adequada das diferenças e limites entre atividades competitivas e atividades típicas de Estado, em que a lógica privatista não prevalece exatamente porque a Lei delimita atribuições exclusivas, não competitivas.

Ao longo do tempo, o resultado disso foram processos de alienação institucional, redução dos servidores públicos a operários da produção de indicadores e estatísticas e o recrudescimento de ações repressivas das instâncias correcionais, sempre a vigiar e punir, zelando para que se cumpra o ideário da "boa governança corporativa" – tradu-

ção sofisticada de um novo autoritarismo fundado no que chamam "valores institucionais", cultuados e idealizados num grau de fetichismo com tons fascistas.

▶ implicações sobre o Núcleo de Carreiras Típicas

O Núcleo de Carreiras Típicas, responsável pelas atividades exclusivas do Estado, orientou-se historicamente por modelo de gestão tradicional (também chamado "webe-

riano"), com privilégio da qualidade e da segurança jurídica no desempenho das atribuições legais. Inclinava-se a reduzir ao mínimo os riscos de decisões equivocadas, cujos efeitos poderiam significar custos incalculáveis à nação. Por razões políticas e históricas, ligadas ao recrudescimento do ideário liberal no último quarto do século XX, esse modelo, taxado de obsoleto e ineficiente, foi

sobrepujado pela adoção dos modelos oriundos da "Gestão por Objetivos".

A aplicação das novas regras, sobrepostas às anteriores, criou uma clivagem institucional: de um lado, mantém-se e preserva-se o desempenho das atribuições legais, o que demanda a manutenção de um modo de produção tradicional focado em processos e procedimentos; de outro, aplica-se indiscriminadamente o que chamam "as novas metodologias de gestão por resultados", com toda a produção de sistemas de controle, avaliação e discursos de convencimento que lhe são próprios, o que requer, também, a criação de novas estruturas organizacionais, a inserir no universo público das carreiras típicas de

Estado dois mundos paralelos – um ligado às atribuições, outro ao simulacro.

Passados vários anos de sua adoção, esforçam-se os gestores públicos na renovação sucessiva de consultorias e sistemas de controle e de avaliação, levando a Administração Pública à condição de voraz consumidora de tecnologias de gestão, eventos de formação e workshops, voltados para o que se chama genericamente de "mudança cultural", sempre em curso e jamais finalizada.

Esse movimento, entretanto, cujo bordão é sempre o da modernização administrativa, se consolidou com a adoção acrítica de paradigmas oriundos do setor competitivo em órgãos estratégicos do Estado, e se fez sem uma avaliação adequada das diferenças e limites entre atividades competitivas e atividades típicas de Estado."

312

implicações sobre o desempenho das funções públicas

Experiências práticas de "Gestão por Objetivos" são baseadas no tripé (1) fortalecimento da hierarquia concomitantemente à instalação de mecanismos de controle e coerção, (2) uso da persuasão a partir da padronização de ideais, com apelo ao marketing e propaganda institucional, e (3) adoção de valores comportamentais para imposição de uma visão única às instâncias inferiores da burocracia, sempre vigiadas e acossadas por estruturas correcionais.

Obviamente, as inovações permitiram uma melhora marginal na administração de estoques, treinamentos e alocação de "competências". Não obstante, a reprodução da lógica de negócios privados causou o enrijecimento

O fortalecimento da

porquanto da vigilância,

mecanismos de coerção,

hierarquia vertical,

do controle e dos

impõe um novo

estatuto ao servidor

público, subjugado

a mensurações de

Isso significa uma

público."

indicadores e metas.

modificação profunda

na condição do servidor

da linha hierárquica, fortalecendo os estamentos institucionais gerenciadores, não raros cultuados e mistificados por expedientes institucionais de comunicação social. De se registrar que nesse novo ambiente marcado pela "boa governança corporativa" cumpre papel especial às instâncias correcionais da Administração Pública, cujo foco expandese para além dos casos graves de controle da corrupção e do uso inadequado da máquina pública, para a vigilância de desvios e divergências, cerceamento da liberdade de expressão, de modo a assegurar o receituário que a bula de valores institucionais impõe.

A instalação dos novos paradigmas, assim como no mundo privado, impõe também uma tendência, facilmente detectável, de se produzir na Administração Pública simulações e maquiagem de dados, para se demonstrar indicadores do melhor desempenho, por exemplo, de um departamento diante de outro, ou de uma instituição diante de outra. A metodologia da "Gestão por Objetivos" impõe logicamente a necessidade de se consolidarem dados para demonstrar publicamente sua "evolução" e melhores resultados. Assim como a iniciativa privada usa expedientes desonestos para se vender no mundo, apela a Administração Pública para, em casos extremos, a fraude do balanço de seus resultados.

Ao final, produz-se efetivamente uma estrutura supralegal de controle, distorcendo as funções da máquina pública. Em vez de se ater ao foco das atribuições legais, o novo modelo de gestão deve atender às demandas de uma carteira de novos produtos, serviços, projetos, metas e indicadores a alcançar, que determinam a produção

> de novas estruturas institucionais, de cargos, de alocação de recursos. É a burocracia gerando burocracia, inexoravelmente.

► Implicações sobre o funcionário público

O fortalecimento da hierarquia vertical, porquanto da vigilância, do controle e dos mecanismos de coerção, impõe um novo estatuto ao servidor público, subjugado a mensurações de indicadores e metas. Isso significa uma modificação profunda na condição do servidor público. Antes dotado de autonomia legal para representar o Estado, agora um operário "executor" de ações. Nesse sentido, subvertese o ideário do servidor motivado por afinidades com a defesa do bem público – sujeito causado – para a nova condição de ser vigiado, supostamente evitando uma condição de leniência e ineficiência,

cujo estigma deve ser combatido. Elimina-se, por essa via, o compromisso ético intrínseco e idealizado por todo servidor público de agir em defesa do Estado, o que o torna capaz inclusive de reagir a eventuais ilegalidades na linha hierárquica, instituindo-se essa sua nova condição de servilismo, premido que está por indicadores e resultados e encabrestado no bulário de valores e fetichismos institucionais.

Sob o novo paradigma organizacional, o servidor público deve ter sobretudo "eficiência", mensurada por indicadores e assegurada por sistemas de controle. Procura-se assim aumentar a "produtividade" em termos quantitativos, ao mesmo tempo em que se subtrai a autonomia no desempenho das atribuições legais e na capacidade de cumpri-las com qualidade. A independência do servidor público, garantida para o exercício isento e qualitativo de sua missão, perde-se na estrutura que privilegia soluções padronizadas, fáceis de serem numeradas e avaliadas. O foco da instituição pública,

der à lógica privatista, que requer a venda de sua imagem no universo público, como o fazem as fábricas no mundo da produção de bens e serviços.

Vê-se, por outro lado, que a adoção da "Gestão por Objetivos" causa maior centralização e elitização de categorias do funcionalismo público. Os megasistemas de controle criam uma entidade à parte, a "Alta Administração", responsável por acompanhar o que se passa na organização. Fortalece-se uma pirâmide hierárquica rígida, em cuja base estão os funcionários comuns, a

exercer minimamente as atribuições legais indispensáveis; nos estamentos médios, as funções de atendimento das demandas criadas para controle e administração; e no topo, a nova classe de "executivos públicos", expoentes da modernização e exemplos de sucesso - não raro com migração assegurada para o Mercado, de acordo com a

Na suposta modernização, há uma nova concepção de poder impondo a aderência completa "meritocracia" hoje firmada. de toda a estrutura ► Implicações sobre institucional à sua o papel do Estado verdade. Produzse, assim, um

ambiente dotado de

discurso totalitário

de modernização e

convergências, no

combatidas,

suprimidas."

perseguidas e

qual divergências são

A prevalência do novo paradigma no setor público, cujos objetivos principais seriam aumentar a eficiência e reduzir custos, na realidade, tem o efeito contraditório, ao criar e expandir estruturas de controle, planejamento, marketing e propaganda. Além de gastos significativos de pessoal, comissionamento e informática, essas tecnologias de gestão demandam constantemente viagens, acomodações e alocação de tempo para o cumprimento de suas atividades. Assim, ao procurar combater-se o "monstro burocrático" com os signos de eficiência do

setor privado, na verdade, aumenta-se o tamanho da burocracia, gerando um custo não existente previamente.

Na suposta modernização, há uma nova concepção de poder impondo a aderência completa de toda a estrutura institucional à sua verdade. Produz-se, assim, um ambiente dotado de discurso totalitário de modernização e convergências, no qual divergências são combatidas, perseguidas e suprimidas, porque supostamente conspiram contra a verdade "científica" inquestionável. A liberdade de expressão é coibida, e

definido em lei, desvia-se para aten-

maio 2011 3 27 26

mecanismos de *marketing* apelam indiscriminadamente para o uso da persuasão e da superexposição dos líderes, procurando, segundo creem, criar a sinergia necessária à reprodução da nova cultura.

Nesse esforço de mudança, indispensável notar certo véu midiático e ideológico a promover um contínuo processo de desqualificação da atividade pública. Dicotomias "setor público versus setor privado", "estabilidade versus rotatividade", "burocracia versus mobilidade", "acomodação versus eficiência" procuram comparar atribuições públicas ao modo de produção capitalista, em tese superior. Essas dicotomias

são disseminadas como consenso pela mídia e setores conservadores da sociedade, sendo introjetadas nos estamentos superiores da Administração Pública, dali se espalhando como verdade a ser repercutida e aplicada em cada ente do Estado.

► Conclusão e perspectivas de atuação política

Após anos da aplicação da Gestão por Objetivos no Núcleo das Carreiras Típicas, há que se fazer um esforço político de se reavaliar seus resultados, seus acertos, desvios e desvirtuamentos. Por óbvio, deve-se considerar que as atividades típicas de Estado, marcadas pela essencialidade e indispensabilidade, exigem o resgate de princípios e a produção de um modelo de gestão que leve em conta seu caráter exclusivo e não competitivo.

Seus funcionários, recrutados via concursos públicos regulares, são plenamente capacitados para um exercício mais qualificado das funções essenciais de Estado. Os fundamentos para a restauração de um Estado Regulador autônomo e independente estão dados por Lei, embora haja a necessidade de uma maior profissionalização da

Após anos da aplicação da Gestão por Objetivos no Núcleo das Carreiras Típicas, há que se fazer um esforço político de se reavaliar seus resultados, seus

acertos, desvios e

desvirtuamentos."

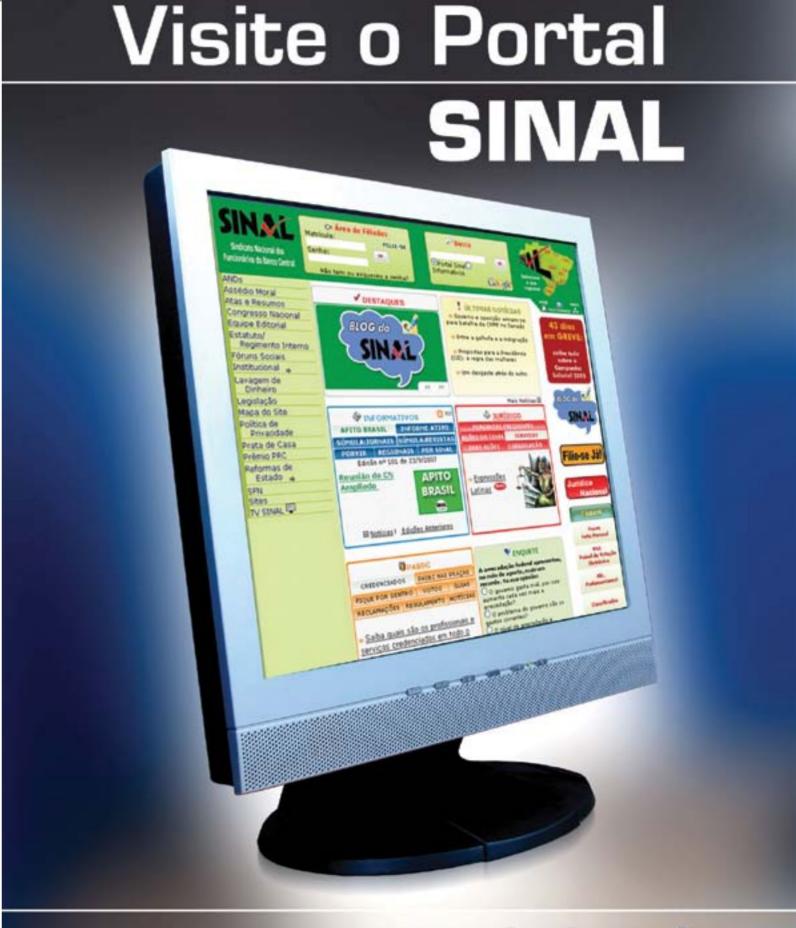
burocracia nesse movimento de retorno ao controle administrativo voltado para processos e procedimentos, mesmo que amparados por uma nova base tecnológica, a assegurar a eles maior eficácia.

Indispensável a orientação e foco na noção de accountability*, que diz respeito à prestação de contas dos entes públicos sobre o desempenho das atribuições legais, o que viabiliza o controle da sociedade sobre o Estado. As conquistas recentes da relação mais estreita do Estado com a sociedade devem assim ser preservadas, procurando-se sempre a afirmação inconteste dos princípios constitu-

cionais balizadores da atividade pública, que em vez do enrijecimento da hierarquia, oportunamente sustentada na bula de valores institucionais selecionados por gestores de ocasião, são capazes de assegurar a dignidade do servidor público e seu caráter de representante do Estado e da res pública.

A crise internacional de 2008, com impactos profundos sobre o ideário neoliberal de autorregulação e prevalência do livre mercado, também provê uma oportunidade para a revalorização de um Estado regulador autônomo, independente e interligado em suas várias instâncias, locais e nacionais. Nesse momento de reavaliação do ideário liberal, reforça-se o movimento político que procura resgatar as funções e missões do Núcleo de Carreiras Típicas e a reassunção de sua trajetória histórica interrompida.

(*) accountability, aspecto central da "governança", na esfera pública e privada, remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados.



Semear a terra: de volta ao velho projeto



José Flávio: "A pesquisa de reciclagem do dinheiro tornou realidade a produção de um adubo de ótima qualidade"

Natural do pequeno Estado de Tocantins, criado em 1988, o presidente da regional do Sinal em Belém, José Flávio Silva Correa, jamais rompeu seus vínculos com o campo e com a ideia de que é preciso semear e cuidar bem da terra. Morador de Belém, capital do Pará, há 30 anos, e funcionário do Banco Central desde 1984 — hoje trabalha no departamento de Meio Circulante –, ele é um dos idealizadores do projeto de transformar dinheiro velho em adubo orgânico (reciclagem de cédulas fora de circulação), daí ter sido fácil, de certa maneira, voltar à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) para concretizar o velho sonho de ser agrônomo e tocar seu novo negócio: plantação de açaí. O açaí é fruto da

palmeira conhecida como açaizeiro, encontrado no Amazonas, Pará, Maranhão, Acre e Amapá, rico em proteínas, fibras, vitaminas C, B1 e B2 e tem boa quantidade de fósforo, ferro e cálcio.

O ex-presidente do Sinal em Belém conta que resolveu concluir o curso universitário, interrompido quando entrou no BC, há 27 anos, como preparação para a futura aposentadoria, daqui a seis anos. Mas, desde já, aos 54, vem acumulando as funções de servidor no BC e dirigente sindical, além de viabilizar a comercialização de açaí, plantado no sítio de "178 metros de frente e mil de fundos", localizado em Marajó, uma pequena propriedade comprada há 16 anos.

José Flávio explica que extensas áreas no entorno de Belém propiciam o cultivo de mogno, bacuri, capuaçu e açaí, e em várias localidades há projetos de tornar a floresta produtiva, a partir da exploração racional dos seus recursos. Várias famílias praticam a agricultura familiar nesse cinturão verde. "Quero fazer do sítio uma pequena amostra de um sistema agroflorestal sustentável", diz.

Por enquanto ele tem apenas um parceiro no empreendimento: o caseiro José Brasília. Mas já se prepara para iniciar a comercialização do fruto em 2012. "É quando terei escala", afirma, acrescentando que é necessário produzir quatro a cinco rasas (latas) de açaí por dia, para começar a vender o produto. "Hoje, o açaí ganhou o mundo, é consumido até na China. É um mercado em plena expansão e já falta matéria-prima para atender às exigências dos consumidores", revela.

No Sinal Belém, José Flávio foi um militante ativo, à frente de grandes lutas

Luta em várias frentes

José Flávio tem uma longa história de atividade política em várias frentes. Participou ativamente da luta pela redemocratização do Brasil, desde o seu início – esteve no Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Piracicaba, São Paulo, evento que marcou a volta da entidade à legalidade, em 1979 – e tornou-se referência como importante aliado na organização dos sem-teto da capital do Pará, a grande maioria oriunda do campo, sem especialização, sem residência e sem condições mínimas de sobrevivência. "Durante um período, houve uma grande migração de gente do campo para a cidade, no estado. Mas, há dez anos, muitos migrantes conquistaram suas moradias através da ocupação", diz, ponderando que, embora muitos deles ainda vivam em

condições precárias, os terrenos são legalizados, titulados e até receberam alguns benefícios, como escolas municipais e hospitais.

Segundo Correa, essa frente de trabalho em defesa dos migrantes deu frutos, por conta da organização dos camponeses em comitês, existentes até hoje. Já a parceria bem-sucedida entre o Banco Central, o governo do Pará e a UFRA para produção em escala industrial de adubo orgânico virou objeto de quatro artigos científicos, a serem publicados brevemente. "A pesquisa de reciclagem do dinheiro tornou realidade a produção de um adubo de ótima qualidade. O trabalho de pesquisa encerra-se no fim do ano. Agora, basta apenas a construção da usina de compostagem para implementá-la", afirma.



maio 2011 Salaa 31



NovoCongresso.Novo?

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ E PAULO EDUARDO DE FREITAS (*)

"Vamos mudar para que nada se transforme", disse o conde Di Lampedusa, em seu livro "O Leopardo", na iminência de a revolução italiana comandada por Garibaldi reduzir o domínio da aristocracia italiana. Essa é a perspectiva da reforma política ora anunciada.

Com renovação em 45%, o Congresso Nacional traz alterações em sua composição, com significativa tendência à esquerda ou centro-esquerda se olharmos a origem dos partidos políticos e suas proposições ideológicas. Esses partidos somam aproximadamente 200 parlamentares. A conduta que vierem a adotar, entretanto, melhor confirmará se ainda há tendência ideológica nos partidos políticos no Brasil.

A prática partidária até hoje não ajuda a hipotética tendência ideológica anunciada. Em regra, os partidos muito se automatizam no alinhamento de situação ou oposição ao governo, e pouco se vinculam à sua origem. A formação da chamada base de apoio ao governo é a evidência mais crítica dessa contradição. A coalizão governamental reúne: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. O quase incrível é que ela vota unida a favor ou contra as proposições legislativas! A ordem unida do Planalto tem-se sobreposto às anunciadas diferenças ideológicas.

Na Câmara – cuja presidência está com o PT, seguindo a tradição da maior bancada –, a coalizão governamental conta com 402 deputados, dos quais 351 vieram da aliança do processo eleitoral e 51 de outra coligação. A oposição elegeu 111 deputados e reduziu sua bancada; no encadeamento dos fatos e rearranjo partidário anunciado, poderá ficar ainda menor. Veja a distribuição, hoje (tabela 1).

A base parlamentar do governo Dilma é a maior, comparada à dos governos anteriores, desde a Constituinte. Em números (tabela 2).

Tabela 1: As novas bancadas da Câmara						
Partido	Bancada eleita 2002	Bancada eleita 2006	Eleitos em 2010			
PT	91	83	88			
PMDB	75	89	77			
PSDB	70	66	53			
DEM	84	65	43			
PR	32	251	40			
PP	49	41	44			
PSB	22	27	34			
PTB	26	23 ²	22			
PDT	21	24	27			
PSC	1	9	17			
PV	5	13	14			
PPS	15	22	12			
PCdoB	12	13	15			
PRB	0	1	8			
PTC	0	3	1			
PSol	0	3	3			
PMN	1	3	4			
PHS	0	2	2			
PTdoB	0	1	4			
PRP	0	0	2			
PRTB	0	0	2			
PSL	1	0	1			
Outros	83	0	0			
Total	513	513	513			

¹ Prona, que elegeu dois deputados em 2006, por força da cláusula de barreira se juntou ao PL para criar o PR.

Tabela 2: Câmara X Poder Executivo						
Governo	Apoio consistente	Apoio condicionado	Oposição	Total		
Collor	160	160	183	503		
Itamar	250	203	50	503		
FHC I	296	115	102	513		
FHC II	260	123	130	513		
Lula I	207	116	190	513		
Lula II	291	86	136	513		
Dilma	351	50	112	513		

No Senado, o PMDB, detentor da maior bancada, reelegeu o presidente da Casa. A base de apoio do governo conta com 62 senadores, dos quais 55 da aliança eleitoral e sete incorporados. A oposição está limitada a 19 cadeiras. O governo tem voto até para Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Outro ângulo com que é comum olhar o Congresso Nacional como as bancadas por identidade, a exemplo de religiosa, ruralista, sindical de trabalhadores, empresarial, etc., vão tendo cada vez menos significado de alinhamento político, exceto em uma ou outra situação excepcional. A ascensão partidária se fará muito mais presente, por força da fidelidade e punição correspondente em sua quebra.

► Reformas e outras proposições

Na última década e meia, a iniciativa de reforma constitucional, com impacto na gestão do Estado, tem sido do Poder Executivo. Há motivo para isso: os poderes do governo na obtenção do alinhamento parlamentar, sintetizados na palavra distribuição: de cargos, de prestígio político e de recursos do orçamento.

O governo atual, que se caracteriza por ser de continuidade ao anterior, deve concentrar-se em projetos já encaminhados ao Congresso, como impulsionar a discussão da reforma política e, com alterações, implementar a reforma tributária, por partes.

Numa demonstração de certa abstinência de vontade política de fazer a pauta nacional e da própria Casa, o Congresso Nacional tem estado à mercê das iniciativas e tônicas políticas ditadas pelo Palácio do Planalto. Algumas matérias polêmicas, que impactam trabalhadores e servidores, por exemplo, a ordem tem sido não alterar a situação jurídica desses, e sim ditar novas regras para os ingressantes no mercado de trabalho ou no serviço público por concurso, de que são exemplos os direitos previdenciários.

Em relação a outras proposições legislativas, devem progressivamente entrar na ordem do dia, embora sem ordem definida: a regulamentação da previdência complementar (PL-1992/2007, já em plena efervescência) e da aposentadoria especial do servidor, o marco regulatório das agências reguladoras, os crimes de internet, o código florestal, a defesa da concorrência, a limitação do gasto com pessoal e a criação do cadastro positivo.

Há matérias ainda que poderão ser objeto de iniciativa de projetos legislativos: a regulamentação da OIT-151 e um sistema de avaliação e mérito para o servidor público. De outro lado, há matérias para as quais a perspectiva, na vontade do governo, será oposta: não conceder reajustes salariais aos servidores, nem permitir que avancem no Congresso Nacional proposições que aumentem despesas.

(*) Antônio Augusto de Queiroz: jornalista, analista político, diretor de documentação do Diap, colunista da revista "Teoria e Debate" e do portal eletrônico "Congresso em Foco", e autor dos livros "Por dentro do processo decisório – como se fazem as leis" e "Por dentro do governo – como funciona a máquina pública". (*) Paulo Eduardo de Freitas: 1º presidente Nacional do Sinal.

As opiniões aqui expressas são de exclusiva responsabilidade do autor e não refletem minimamente o posicionamento da instituição na qual trabalha.

32 maio 2011

² O PAN, que elegeu um deputado, incorporou-se ao PTB.

³ Soma de eleitos do PST (3), PSD (4) e PSDC (1) em 2002.

Acesse o blog do Sinal e participe das discussões, enviando seus comentários



Atenção: este blog institucional foi disponibilizado para permitir maior interação entre a categoria, seus anseios e seus representantes.

O Blog está aberto à participação de todos e os comentários aqui postados serão liberados após análise da equipe que mantém esta ferramenta. Por ocasião da primeira postagem, o autor será consultado para confirmar a autoria; desta forma, somente serão liberados os comentários que contiverem e-mails válidos.

